
CAPÍTULO 2 A farinha de mandioca —
“o pão da terra” — e seu mercado

Nos bons tempos, as exportações de açúcar, fumo e café podiam render excelentes lucros para os comerciantes de Salvador e para os senhores de engenho e lavradores do Recôncavo, mas a agricultura de exportação, por si só, não podia sustentá-los. O açúcar e o café supriam, na melhor das hipóteses, uma pequena parte de suas necessidades nutricionais; o fumo não satisfazia nenhuma. No entanto, os escravos que plantavam cana, fumo e café, os senhores de engenho e lavradores que eram seus amos e os habitantes de Salvador cujo bem-estar dependia de uma maneira ou de outra de um fluxo regular de produtos para o exterior — todos precisavam comer. De algum modo, os baianos, na cidade e no campo, tinham de garantir sua subsistência.

Assim como as flutuações do comércio de exportação, a demanda de “gêneros de primeira necessidade” — para usar uma expressão já comum nos séculos XVIII e XIX — também ajudou a moldar a paisagem social e econômica do Recôncavo rural. A produção local voltada para essa demanda, por sua vez, mantinha relações tanto conflituosas quanto complementares com a economia de exportação dominante. Este capítulo dá um primeiro passo para a análise dessas relações, examinando o mercado regional da farinha de mandioca. Sobre nenhum outro gênero alimentício, exceto talvez a carne verde, há tanta documentação. Mas a relativa abundância de fontes sobre a farinha, sua comercialização e produção apenas reflete sua importância fundamental na Bahia. A mandioca, para o fabrico da farinha, era de longe a lavoura de subsistência mais amplamente cultivada no Recôncavo, e a farinha era um componente indispensável do regime alimentar baiano. Portanto, os objetivos deste capítulo são, primeiro, estabelecer a importância da farinha da mandioca como alimento básico e, segundo, avaliar a demanda da farinha comercializada.

A FARINHA NA DIETA COMUM

Os habitantes de Salvador nos séculos XVIII e XIX comiam, é claro, muito mais do que apenas farinha. Hoje os baianos orgulham-se da cozinha que desenvolveram combinando ingredientes e técnicas culinárias portuguesas, africanas e indígenas. Muitos dos pratos que atualmente fazem a fama da cozinha baiana já eram conhecidos no fim do século XVIII. Nas ruas, mulheres escravas vendiam carurus, vatapás, acarajés, feijão de leite, abarás e “doces de infinitas qualidades”. Além disso, o clima e a localização permitiam à população de Salvador consumir grande variedade de víveres. Safras que se prolongavam pelo ano inteiro mantinham o mercado da cidade abastecido com abundante sortimento de hortaliças e frutas tropicais. Graças à localização à beira-mar, os mariscos e a carne de baleia eram facilmente acessíveis; o peixe fresco, entretanto, costumava ser caro. Por ser Salvador uma cidade portuária, sua população também podia incluir em sua dieta carne-seca importada do Rio da Prata ou do Sul do Brasil; azeite-de-dendê da África ocidental; alho, azeite de oliva (azeite doce), vinho, queijos, farinha de trigo e bacalhau da Europa. Mas o litoral único tinha uma desvantagem: não favorecia a pecuária nos arredores de Salvador. Para a carne fresca, a cidade dependia dos rebanhos criados no interior distante, porém mais seco. Fazendeiros de gado dos sertões da Bahia, do Piauí e de Goiás mandavam suas boiadas para o litoral em longas viagens, assegurando um suprimento de reses adequadas, ainda que irregular, para os currais dos abatedouros da cidade. Embora muitas vezes de baixa qualidade, a carne verde era amplamente consumida. Em contraste, o consumo de carneiro, porco e vaca era, ao que parece, reduzido.¹

Contudo, por mais variada ou até rica que pudesse ser a cozinha baiana, o trivial dos moradores de Salvador resumia-se a um pequeno número de gêneros. Entre eles, o principal era a farinha de mandioca. Sob este aspecto, a dieta da maioria dos baianos assemelhava-se àquela que era consumida até recentemente em muitas sociedades predominantemente agrícolas. Essa dieta baseia-se tipicamente em carboidratos complexos, fornecidos sobretudo por um ou dois cereais ou raízes, comidos isoladamente ou combinados com leguminosas, como o feijão. Outros alimentos — verduras,

frutas, óleos, gorduras, carne, peixe e condimentos — podem fornecer nutrientes vitais, mas seu papel como fonte de calorías é secundário.² A maior parte das calorías vem de um alimento principal e rico em amido; na Bahia, esse alimento era sem dúvida a farinha de mandioca.

Os baianos, decerto, comiam outras raízes e cereais de produção local: o aipim (a mandioca-mansa), o inhame, a batata-doce, o milho e o arroz, todos esses alimentos tinham um lugar em sua dieta. Também entrava nessa dieta o trigo importado. A partir de meados do século XVII, grandes quantidades de pão feito com trigo importado apareciam nas mesas dos moradores mais ricos da cidade. Entre a população como um todo, porém, o consumo de pão permaneceu limitado mesmo no fim do século XVIII. O cronista Luís dos Santos Vilhena observou, na década de 1790, que só imigrantes portugueses abastados insistiam em comer apenas pão de farinha de trigo. Para todos os demais, a farinha de mandioca geralmente tomava o seu lugar. Na verdade, segundo o cronista, “nem os filhos do Brasil, e África existentes nele [i.e., no Brasil] reputam o pão por sustento, mas sim regalo”. Vilhena ainda acrescentou que “a experiência tem mostrado que, quando em caso de necessidade se lhes dá pão, pedem farinha para comerem com ele; e tanta força tem o uso, que os mesmos cães, dando-se-lhes pão, o cheiram, e não lhe pegam”.³

O arroz, o milho e o feijão eram, sem dúvida, mais amplamente consumidos, mas seu papel na alimentação cotidiana era secundário. Não há melhor prova disso que os registros do Celeri Público de Salvador. Entre 1785 e 1851, o arroz, o milho e o feijão corresponderam a só 12% de todos os gêneros que entraram no Celeri. A farinha sozinha representou os outros 88%.⁴

Os baianos que dispunham de meios para tanto consumiam diariamente pelo menos um décimo de uma quarta de alqueire de farinha (0,907 litro ou aproximadamente 567 gramas). Era essa a razão que se distribuía aos soldados aquartelados em Salvador e aos escravos empregados pelo Celeri Público. Essa era também a razão dos presos pobres das cadeias da cidade.⁵

A farinha também servia como alimento básico nas áreas rurais ao redor de Salvador. É até muito provável que compusesse uma parcela ainda maior da dieta dos escravos que moravam nas fazendas, engenhos e sítios do

Recôncavo. Dadas as condições árduas em que esses escravos trabalhavam, a dieta podia fazer grande diferença em suas chances de chegar à meia-idade. Portanto, serve indiretamente como um indicador do tratamento físico geral que os escravos recebiam. Mais que isso, a alimentação, sua quantidade e qualidade faziam parte da mistura complexa de coerção e recompensas que caracterizava as relações entre os senhores e seus cativos. Assim, autores como Jorge Benci e André João Antonil, no século XVIII, e Miguel Calmon e Francisco de Lacerda Werneck, no século seguinte, deram atenção especial à alimentação em suas recomendações aos senhores sobre o "governo dos escravos". Não obstante, hoje, a maioria dos historiadores concordaria que os escravos no Brasil eram muitas vezes alimentados de maneira insatisfatória ou até abominável.⁶

Qualificar o regime alimentar dos cativos de insatisfatório, contudo, nada diz sobre o que de fato comiam. Aqui enfrentamos uma séria dificuldade com as fontes disponíveis: mencionam quase exclusivamente um pequeno número de víveres básicos e geralmente não perecíveis ou comprimidos. Esses, certamente, não representavam toda a série de gêneros alimentícios que os escravos consumiam; eles alimentavam-se de qualquer coisa de comestível que estivesse ao seu alcance.⁷ No entanto, as fontes não deixam de indicar que os dois principais componentes do regime alimentar dos escravos eram a carne-seca e a farinha de mandioca.⁸

A carne-seca importada, ou seu equivalente local, a carne-do-sertão, eram a maior fonte de proteínas para os escravos. Às vezes recebiam também quantidades menores de carne verde. Na Quaresma, alguns proprietários a substituíam por bacalhau. Mas frangos e galinhas raramente entravam na cuia da maior parte dos escravos, a não ser que eles próprios os criassem. Só os doentes recebiam galinhas dos senhores, e, mesmo assim, nem sempre tinham oportunidade de comê-las. O administrador de três engenhos na freguesia de Matoim, por exemplo, comprou várias galinhas em 1822 e 1823 para cativos doentes, mas as usou para preparar vomitórios caseiros.⁹

O toucinho também era uma raridade. Após a morte de Francisco de Oliveira Guedes, em 1858, um inventariante assumiu a administração de seus dois engenhos perto de Maragogipe até a partilha do espólio, em 1864. As compras feitas pelo inventariante, que incluíam não só carne-seca e

carne verde como também manteiga e toucinho, provocaram uma discussão com um dos herdeiros. Esses itens, segundo o herdeiro, não faziam parte da dieta dos escravos. O inventariante respondeu que os comprara não para os escravos, mas para os feitores, caixeiros e artesãos que contratara para trabalhar nos engenhos. Esses empregados livres não podiam "ser tratados como escravos, e comer unicamente a carne-seca ou cozida sem toucinho".¹⁰ Os mariscos, porém, serviam como uma fonte suplementar de proteína na dieta dos escravos rurais. Os engenhos e fazendas de cana localizados perto da baía às vezes tinham "mariscadores", cativos cuja função era apanhar caranguejos, ostras e camarões.

Para carboidratos e calorias, os escravos rurais dependiam do mesmo alimento que ocupava lugar de tanto relevo na dieta da população urbana: a farinha de mandioca. Sem dúvida, esses escravos também consumiam milho e feijão, talvez até em grandes quantidades nas fazendas e sítios de fumo; mas só ocasionalmente as fontes mencionam esses alimentos como parte da dieta dos cativos nos engenhos e fazendas de cana. Além disso, exatamente como na cidade, a ração padrão no Recôncavo rural era uma quarta de alqueire de farinha de mandioca a cada dez dias. Alguns senhores forneciam uma ração menor: meia quarta por semana (0,647 litro ou 405 gramas por dia).

Em ambos os casos, essa ração pode parecer implausivelmente grande. Supera de longe até o consumo de farinha entre os habitantes mais pobres de Salvador em tempos recentes. No início da década de 1960, nos domicílios com os níveis mais baixos de renda da cidade, o consumo médio *per capita* era de 130 gramas de farinha por dia. As rações fornecidas na Bahia nos séculos XVIII e XIX destacam-se não só pela quantidade como pela monotonia. Além disso, essa dieta, solidamente baseada em carne-seca e grandes quantidades de farinha, contrasta com as rações muito mais variadas distribuídas nas grandes fazendas de café do Sudeste do Brasil durante o mesmo período. Ali os cativos recebiam regularmente fubá, feijão, arroz, café e toucinho, além de carne-seca e farinha de mandioca.¹¹

Mas, apesar desses contrastes, as fontes concordam neste ponto: tanto para a população livre quanto para os escravos rurais indicam, quase sem exceção, uma ração diária de 0,907 ou 0,647 litro de farinha. As poucas fontes conflitantes mencionam rações ainda maiores. Por exem-

plo, na década de 1870, o viajante alemão Julius Naehner, que visitou o Engenho Subaé, em Santo Amaro, observou que a ração diária dada aos escravos consistia em um pedaço de carne-seca e 1,5 ou dois litros de farinha. Os escravos não recebiam mais nada para sustentá-los ao longo de um dia de trabalho.¹²

Os dois alimentos que enchiam as cuias dos escravos no Engenho Subaé continuariam sendo os víveres básicos para os trabalhadores rurais depois de abolida a escravidão. As informações sobre o regime alimentar na Bahia *rural* em épocas mais recentes comprovam isso. Pesquisas feitas no Recôncavo nas décadas de 1940 e 1970 encontraram entre trabalhadores de usinas e funiculadores pobres um regime alimentar geralmente deficiente em calorias e composto sobretudo de carne-seca, peixe seco, carne de baleia e farinha de mandioca. O aipim, feijão e batata-doce de cultivo doméstico acrescentavam alguma variedade durante parte do ano, mas, terminada a colheita desses produtos, os trabalhadores rurais e pequenos lavradores voltavam a uma dieta baseada na farinha de mandioca. A carne e o peixe serviam sobretudo como "temperos"; tornavam mais fácil engolir grandes quantidades de farinha.¹³ A alimentação cotidiana dos que trabalhavam nos canaviais e nos sítios de fumo do Recôncavo não parece ter mudado muito nos últimos cento e poucos anos. Como seus antepassados escravos, a sobrevivência do morador pobre dos distritos rurais continua a depender, em grande medida, da farinha.

Não se pode dizer o mesmo do pobre urbano de Salvador, onde, ao longo dos últimos duzentos anos, novos padrões de consumo surgiram e alteraram significativamente a dieta comum. Hoje, até os moradores pobres da cidade comem regularmente feijão, arroz e pão, além de farinha de mandioca. O pão feito de farinha de trigo ocupa um lugar importante na sua dieta. A tendência ao maior consumo de pão remonta provavelmente às primeiras décadas do século XIX. Em 1808, Henry Hill, o cônsul norte-americano em Salvador, observou que, enquanto os preços do açúcar continuassem "animados", podia-se esperar que as importações de farinha de trigo crescessem "vastamente... em poucos anos". Embora o preço do açúcar tenha às vezes caído após 1808, a farinha de trigo de fardo tornou-se um item importante na pauta de importações da província. Em 1847, uma comissão que examinou o Celeiro Público de Salvador pôde

relatar que o consumo de pão na cidade crescera consideravelmente nos trinta anos anteriores. O número de padarias também aumentara: em 1855, a cidade tinha 33 delas, além de 21 estabelecimentos especializados em massas. No final do século XIX, as padarias já eram comuns também nas pequenas cidades do Recôncavo. Fica assim evidente que o pão não estava mais restrito às mesas de imigrantes abastados. Até os prisioneiros pobres nas cadeias de Salvador, na década de 1860, consumiam todo dia, de manhã, café, açúcar e um pão de seis onças (172,5 gramas).¹⁴

Mais importante, contudo, é que esses mesmos prisioneiros recebiam para sua segunda e última refeição do dia um décimo de uma quarta de farinha de mandioca. Um pãozinho no café da manhã não diminuía sua ração diária. Embora até baianos pobres pudessem comer um pão no café da manhã, era da farinha, acompanhada de carne ou peixe seco ou, para os menos afortunados, apenas temperada com eles, que se valiam para encher seus estômagos ao meio-dia. James Wetherell, que serviu durante muitos anos como vice-cônsul britânico em Salvador, percebeu isso claramente. Wetherell, de tanto se interessar pela cozinha baiana, chegou a dar-se ao trabalho de coleccionar receitas. Mas quando foi descrever a alimentação diária da maioria dos baianos em meados do século XIX mencionou apenas três víveres básicos: "carne de vaca, magra e secada ao sol, farinha, que é uma espécie de serragem, e bacalhau, peixe seco que é um pedaço de tábua salgada".¹⁵

A persistente importância da farinha na dieta comum ao longo de toda a primeira metade do século XIX tornava-se penosamente evidente sempre que a escassez provocava a elevação do seu preço no mercado da cidade. Nesses momentos, os pobres não se amotinavam nas ruas, como o faziam as multidões nas cidades europeias, pedindo pão; o que pediam era farinha, o alimento que continuava a ser a base de sua subsistência. O pão provavelmente ganhou muito pouco terreno em detrimento da farinha na dieta dos escravos que viviam na cidade; para eles, continuou a ser, como no tempo de Vilhena, um "regalo", um alimento especial que lhes era dado quando adoeciam.¹⁶

Não há motivo, portanto, para duvidar das fontes neste assunto. Nas áreas rurais e na cidade, os baianos comiam grandes quantidades de farinha. Serviam a farinha seca e crua; faziam com ela bolinhos fritos e assa-

dos; fritavam-na levemente no azeite ou na manteiga para preparar fardo; ou, o que era mais comum, misturavam-na com água ou com caldo de peixe ou carne para fazer pirão. Como quer que a preparassem, a farinha era verdadeiramente "o pão da terra".¹⁷

O MERCADO LOCAL PARA A FARINHA DE MANDIOCA

A importância da farinha de mandioca é, pois, indiscutível. Presente tanto nas mesas dos ricos, como nas dos pobres, e nas cuias e baldes que os escravos usavam à falta de pratos, constituía a base da dieta comum. Era, portanto, um produto com um mercado local potencialmente grande. Mas será que esse mercado era de fato grande? E, o que é mais importante, será que era suficientemente grande para ter algum impacto real na paisagem social e econômica do Recôncavo? Já existia no final de século XVIII um comércio significativo de farinha? O primeiro passo para responder a estas questões é determinar, ainda que de modo aproximado, a demanda de farinha *comercializada*.¹⁸ Em outras palavras, deve-se perguntar que parcela da população comprava farinha regularmente em vez de plantar mandioca e fazê-la para suprir suas necessidades imediatas.

A demanda urbana

A população urbana do Recôncavo e principalmente os habitantes de Salvador deviam comprar grande parte da farinha vendida no mercado local. Seus números não eram desprezíveis; no Brasil dos séculos XVIII e XIX, onde a vasta maioria da população ainda vivia em áreas rurais, o Recôncavo destacava-se como uma região de excepcional urbanização, e Salvador como uma das cidades mais populosas.

As tentativas de calcular o tamanho do mercado de farinha devem começar, portanto, com os dados censitários sobre a população de Salvador. Isso só pode ser feito, porém, com certas ressalvas. Para começar, nem todos os habitantes da cidade necessariamente compravam farinha. Os moradores mais ricos às vezes possuíam roças plantadas com hortas, pomares e mandioca nos arredores da cidade. A farinha feita com essa man-

dioca permitia-lhes escapar da dependência do mercado. Do mesmo modo, não era impossível que grandes proprietários que passavam parte do ano na cidade mandassem buscar mantimentos em suas terras. Até moradores pobres da cidade talvez recebessem farinha de parentes e amigos dos distritos rurais. As pesquisas feitas em diversas partes do mundo revelam toda uma série de trocas não monetárias entre as cidades e seus *hinterlands* rurais em sociedades pré-industriais.¹⁹ Trocas semelhantes certamente ocorriam em Salvador nos séculos XVIII e XIX; mas, justamente porque essas trocas passavam ao largo do mercado, seu volume e frequência não foram documentados. Tudo isso significa que as estatísticas sobre a população de Salvador dão apenas uma idéia aproximada do volume da demanda urbana de farinha.

A tarefa de localizar essas estatísticas apresenta problemas adicionais. Após a Independência, não foi feita nenhuma contagem razoavelmente confiável da população da cidade até 1872, a data do primeiro censo nacional. Cerca de sessenta anos separaram esse censo do último realizado no período colonial. Além disso, a cidade de Salvador, com seus subúrbios ("a cidade e seu termo"), abrangia muito mais do que a área propriamente urbana. Incluía também freguesias suburbanas de caráter inteiramente rural. Felizmente, na época, distinguiam-se as nove e, mais tarde, onze freguesias "urbanas" que compunham a cidade propriamente dita dos subúrbios rurais. A distinção, porém, pode ser enganosa, pois várias freguesias "urbanas" abrigavam áreas totalmente rurais. No século XIX, com o crescimento da população, o perímetro urbano da cidade passou a incluir essas freguesias. Mesmo assim, na década de 1850, ainda era possível encontrar roças, sítios, fazendas e até alguns engenhos nas freguesias "urbanas" da Vitória, de Brotas e de Santo Antônio Além do Carmo.²⁰ Em consequência, os dados censitários relativos à cidade propriamente dita superestimam em certa medida a população estritamente urbana, e isso mais no século XVIII que no XIX; ou seja, tendem a exagerar o número de habitantes que geralmente não teriam outro recurso senão comprar farinha.

Apesar de suas deficiências, os censos continuaram sendo a melhor fonte de informação sobre o tamanho e o crescimento do mercado urbano de Salvador e, por conseguinte, sobre a demanda de farinha na cidade. Por

isso, a Tabela 6 reúne os resultados de vários censos dos séculos XVIII e XIX. Esses resultados sugerem que a população da cidade era de quase 40 mil em 1780 e pode ter chegado a 50 mil em 1807. Assim, Salvador destacava-se no fim do período colonial como a cidade mais populosa da América portuguesa. Embora depois de 1808 tenha perdido essa posição para o Rio de Janeiro, continuou sendo a segunda maior cidade do Brasil até mais ou menos 1900. A capital baiana constituía, portanto, um dos mais importantes mercados urbanos do Brasil nos séculos XVIII e XIX. Além disso, com seu porto movimentado e sua Cidade Baixa, alvorçada e apinhada, dava a impressão de ser ainda maior. Nas estimativas que faziam, tanto autores brasileiros como visitantes estrangeiros costumavam calcular sua população em 70 mil a 185 mil.²¹

TABELA 6
População de Salvador, anos selecionados, 1706-1872

Ano	População	Ano	População
1706	21.601	1775	33.635
1755	37.453	1780	39.209
1757 ^a	34.442	1805	45.600
1757 ^a	37.323	1807	51.112
1759	40.263	1870	77.686 ^b
1768	40.922	1872	108.138

Fontes: Th. de Azevedo, pp. 185, 188-89; J. Caldas, p. 38; Martinho de Mallo e Castro, "Instrução para o Marquez de Valença" (1779), *ABN*, 32 (1910): 437; "Mapa de todas as Freguezias que pertencem ao Arcebispado da Bahia" (1775), *ABN*, 32 (1910): 296-97; A. J. da Costa, estampa 3; "Mapa da enumeração da gente e povo desta Capitania" (1780), *ABN*, 32 (1910): 480; Martoso, *Bahia: a cidade*, p. 129; Conde da Ponte (Gov.) ao Visconde de Anadia (16/6/1807), *ABN*, 36 (1914): 460; Repartição da Polícia, "Quadro da população livre e escrava da Província da Bahia" (1870), *APBB*, SH, 1600; Brasil..., *Recenseamento* (1872).

^aResultados de dois censos, ambos realizados em 1757.

^bResultados de um censo realizado pela polícia; obviamente uma subestimação.

Com relação a grande parte do século XIX, essas estimativas são a única fonte de informação disponível sobre a população da cidade, mas sua utilidade é limitada. Como provaram os censos de 1870 e 1872, a aparência de Salvador podia ser enganosa. Os resultados do censo de 1870, realizado pela polícia, certamente ficam aquém da realidade, mas dois anos depois o censo nacional, em geral mais confiável, registrou bem menos que

os 185 mil habitantes da estimativa feita por Sebastião Ferreira Soares em 1865. Mas o mesmo censo nacional também revelou que nas sete décadas anteriores o tamanho da cidade mais do que duplicara. Pode-se, portanto, cautelosamente concluir que a população de Salvador cresceu de 40 mil por volta de 1780 para talvez 90 mil em 1860, e para mais de 110 mil no início da década de 1870.²²

Ao lado dos moradores permanentes da cidade movia-se uma numerosa população flutuante. As centenas de barcos que chegavam de vários pontos do Recôncavo e os navios maiores do comércio costeiro e transatlântico podiam, a qualquer dia, pôr em terra até 2.200 marinheiros. Os navios que chegavam à cidade vindo da África traziam não só marinheiros, mas também escravos. Porto dos mais importantes no tráfico negreiro, Salvador abrigava os cativos africanos recém-chegados até que fossem vendidos para engenhos e fazendas no interior ou reexportados para outras partes do Brasil. O número de escravos importados variava muito de ano para ano, mas, em algumas décadas, as médias anuais ultrapassavam os sete mil.²³ Durante sua permanência na cidade, tanto marinheiros quanto escravos em trânsito tinham de comer; eles também, portanto, faziam sentir sua presença no mercado urbano de Salvador.

Nesse mercado, também se vendia farinha para consumo fora da cidade. Os navios que partiam levavam provisões. Do mesmo modo, os comerciantes do tráfico negreiro carregavam suas embarcações com farinha para alimentar os escravos na viagem de volta da África. Essas compras assemelhavam-se a uma espécie de exportação, mas a farinha negociada no mercado de Salvador ingressava também no comércio exportador propriamente dito. Geralmente em pequenas quantidades, constava muitas vezes da pauta das exportações baianas.²⁴

Em resumo, a demanda urbana de farinha abrangia dois segmentos amplos, um relativamente estável, o outro mais variável. O primeiro era o dos moradores permanentes de Salvador. Embora seu número tenha crescido entre 1780 e 1860, a quantidade de farinha de que eles precisavam era, geralmente, mais ou menos a mesma de um ano para outro. Em contraste, o segundo segmento, menor e formado por escravos em trânsito, marinheiros, navios de partida e exportações, podia flutuar consideravelmente de um ano para outro. Juntos, esses dois segmentos formavam

um mercado urbano para a farinha inegavelmente grande, cujo tamanho mais do que duplicaria entre as últimas décadas do século XVIII e meados do século XIX.

Ainda assim, este resumo fornece um quadro incompleto da demanda urbana. Os dados censitários e as estimativas da população flutuante dizem-nos quantas pessoas tinham de ser alimentadas num determinado ano; referem-se ao volume total da demanda de farinha. A elasticidade dessa demanda, no entanto, também influa no funcionamento do mercado urbano. Conseqüentemente, faz-se preciso perguntar se, quando os preços subiam, os baianos compravam menos farinha, reduzindo a demanda. Embora não se disponha das fontes necessárias para que se possa responder a esta pergunta com precisão, as informações sobre a composição da população de Salvador e a distribuição da riqueza entre os habitantes da cidade permitem especulações sugestivas.

Em Salvador, uma minoria branca vivia lado a lado com uma maioria de pretos e pardos, a qual sempre despertava comentários de visitantes estrangeiros. As observações de Robert Avé-Lallemant, feitas em 1859, são típicas: "Seria possível", escreveu, "com um pouco de imaginação tomar a cidade por uma capital africana, a residência de um poderoso príncipe negro, em que uma população de brancos estrangeiros passa despercebida." E acrescentou: "Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros lá embaixo, negros lá em cima. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que carrega e vai buscar é negro."²⁵

Avé-Lallemant e outros viajantes tendiam a exagerar em sua descrição da população da cidade. Ou não conseguiam avistar os brancos (que com freqüência ficavam dentro de casa, ao abrigo de olhares estrangeiros), ou estavam tentando dar maior efeito dramático às suas narrativas. Outros ainda podem ter exagerado porque, como escreveu um viajante português em 1788, uma população como aquela "dá logo nos olhos, a quem não está acostumado a ver colônias". De qualquer maneira, não exageraram muito a proporção de pretos e pardos. Segundo um censo de 1807, os brancos representavam 28% da população da cidade. A proporção de brancos registrada pelo censo nacional de 1872 foi quase a mesma (31%). Os pretos e pardos compunham o resto da população.²⁶

Salvador devia sua grande população negra e afro-mestiça ao uso generalizado da mão-de-obra escrava em sua economia. A posse de escravos era tão comum na cidade que, na opinião de José da Silva Lisboa, era "prova de mendicidade extrema o não ter um escravo; ter-se-ão todos os incômodos domésticos, mas um escravo a toda a lei". Os cativos trabalhavam não só como criados domésticos, mas em todo tipo de faina manual, em muitos ofícios qualificados e no pequeno comércio. Em Salvador, longe de ser um privilégio de uma pequena minoria rica, a posse de escravos penetrava profundamente na estrutura social da cidade. Viúvas, solteiras e outros baianos de recursos modestos muitas vezes subsistiam com o que seu único cativo ganhava trabalhando como jornalista (i.e., diarista) ou como vendedor ambulante. Os próprios escravos forros compravam escravos quando tinham condições para tanto. Em conseqüência, os cativos representavam algo entre um terço e dois quintos da população da cidade no final do século XVIII e na primeira metade do XIX.²⁷

Outro segmento considerável da população consistia em escravos libertos e homens e mulheres livres e pobres, cujas condições materiais de existência freqüentemente diferiam pouco daquelas suportadas pelos escravos. A extrema pobreza em que vivia a maior parte dos moradores da cidade estareceu Louis-François de Tollenare, que morou em Salvador em 1817 e 1818. O viajante francês registrou em seu diário que "caminhando pelos arrabaldes e subúrbios mais distantes, fica-se impressionado ao ver ali o rebuligo de uma imensa população de brasileiros livres, amontoados em casinholas. Todos vivem de nada e estão vestidos da mesma coisa". Nas insurreições e motins das décadas de 1820 e 1830, esses homens e mulheres livres, pobres e, muitas vezes, desempregados, iriam para as ruas e saqueariam lojas e armazéns.²⁸

Escravos ou livres, os baianos viviam, em sua maioria, à beira da subsistência, mesmo em tempos de prosperidade. Sobreviviam, de um dia para o outro, com os alimentos mais baratos: carne-seca, bacalhau e, sobretudo, farinha. Quando se defrontavam com preços altos da farinha, não podiam recorrer a substitutos mais baratos; o pão de farinha de trigo importada devia ser em geral, se não sempre, mais caro. O arroz, o milho e o feijão também não podiam servir, pois nunca chegavam ao mercado da cidade em quantidades suficientes. Portanto, quando o preço da fari-

nha subia, a maior parte da população de Salvador não tinha escolha; tinha de pagar. Comprava-se menos carne; pedia-se dinheiro emprestado; mas só se comprava menos farinha em último caso, pois significaria fome. Em consequência, a demanda de farinha deve ter sido relativamente inelástica no mercado de Salvador.

Tudo isso ainda não esgota a discussão sobre a demanda da farinha comercializada. A cidade de Salvador não estava isolada, desligada dos distritos rurais que a cercavam; era parte de uma região. Da mesma maneira, seu mercado fazia parte de uma demanda regional maior de farinha e de outros gêneros de primeira necessidade. O Recôncavo era uma das áreas mais densamente povoadas do Brasil. Dentro de seus limites havia as sedes de mais de meia dúzia de vilas (municípios) e um número muito maior de povoados e arraiais que, junto com Salvador, formavam uma das mais antigas redes urbanas do Brasil. As sedes dessas vilas eram em geral pequenas, servindo sobretudo como centros de administração e de comércio para as áreas rurais próximas. Mesmo no início do século XIX, consistiam muitas vezes em pouco mais do que uma casa de câmara e uma igreja paroquial, em torno das quais se aglomeravam umas poucas casas, lojas e armazéns de açúcar ou fumo.²⁹

Nem todas as sedes, contudo, eram povoados tão modestos. Por exemplo, Cachoeira, sede da maior vila do Recôncavo, já era um importante entreposto de comércio inter-regional em meados do século XVIII. Boiadas vindas dos sertões passavam por seus arredores a caminho de Salvador. Navios e barcos atracados no rio Paraguagu recebiam ali cargas pesadas de fumo e açúcar das freguesias rurais da vila e de algodão, couros e ouro provenientes de áreas mais remotas do interior. Descarregavam tecidos, ferramentas e outras manufaturas européias que os comerciantes da vila, por sua vez, enviavam em lombos de mulas e cavalos para povoados de todo o vasto interior da Bahia. Graças a esse comércio rico e variado, Cachoeira cresceu e prosperou. Junto com São Félix, seu subúrbio na margem oposta do Paraguagu, tinha 1.096 "fogos" (casas) em 1804 e uma população de talvez sete mil. Viajantes europeus encontravam nela uma aparência totalmente urbana. Cachoeira e São Félix continuaram a florescer na primeira metade do século XX com o desenvolvimento da indústria de charutos. As outras cidades da região também cresceram; na

década de 1880, Santo Amaro e Nazaré já rivalizavam com Cachoeira em tamanho e riqueza.³⁰

Pequenas ou grandes, todas as cidades do Recôncavo constituíam mercados que tinham de ser abastecidos. Seus moradores, como os de Salvador, dependiam do comércio local para obter mantimentos básicos. Assim, contribuíam para a demanda regional de farinha de mandioca.

A demanda rural

Fora das cidades e dos povoados do Recôncavo, nos engenhos, sítios e fazendas, os escravos cultivavam cana-de-açúcar, fumo e café para exportação. Será que também plantavam — por conta própria ou por ordem de seus senhores — mandioca e outros víveres para assim assegurar sua subsistência? São comuns na historiografia as afirmações de que esse era o caso. Mas muitas vezes essas afirmações não passam de conjecturas. Em vez de confiar em simples conjecturas, é melhor examinar cuidadosamente a questão da auto-suficiência dos engenhos e fazendas do Recôncavo.*

Nas fazendas e sítios de fumo, a auto-suficiência era de fato a regra. O cultivo constante de fumo esgotava rapidamente a fertilidade do solo. Para evitar esse desgaste, os lavradores de fumo do Recôncavo não só adubavam seus terrenos como também alternavam o fumo com a mandioca e freqüentemente também com o feijão e o milho. Com isso, conseguiram em geral colher mandioca suficiente para alimentar suas famílias e seus escravos. Muitas vezes até produziam um excedente de farinha.³¹

As questões da auto-suficiência e do abastecimento tornam-se mais complexas no caso dos engenhos e fazendas de cana. Essa complexidade aparece numa das primeiras fontes a tratar dessas questões, a "descrição econômica" da Bahia escrita por Luís Antônio de Oliveira Mendes por volta de 1790. Mendes tentou calcular os custos da operação de um engenho típico, mas não incluiu em seus cálculos quaisquer gastos com a ali-

*Na discussão que se segue, a auto-suficiência diz respeito unicamente àquela relacionada aos suprimentos necessários de farinha.

mentação porque, como explicou, um senhor de engenho podia produzir em sua propriedade tudo de que precisava para o sustento de sua família e de seus escravos. No mesmo texto, contudo, Mendes tentou convencer os senhores de engenho a pararem de comprar farinha. Argumentou que se eles se dessem ao trabalho de cultivar mandioca e outros mantimentos, poderiam reduzir seus custos e aumentar seus lucros.³²

Mendes talvez tenha redigido sua "descrição econômica" às pressas, sem perceber que caíra em contradição. É muito possível, porém, que a contradição em sua obra reflita uma consciência da diversidade das práticas adotadas nos engenhos e fazendas de cana do Recôncavo. Embora seja difícil hoje discernir padrões claros em meio a essa diversidade, um primeiro passo nessa direção é considerar as possíveis estratégias de abastecimento a que os senhores de engenho e lavradores de cana podiam recorrer para obter farinha para suas famílias e escravos.

Eram efetivamente três as estratégias a sua disposição.³³ Primeiro, tal como os lavradores de fumo, podiam mandar seus escravos cultivarem mandioca e usar a mandioca colhida para preparar farinha; essa farinha distribuiriam como rações aos mesmos escravos. Segundo, podiam dar aos seus escravos a terra suficiente e o tempo "livre" necessário para que cultivassem toda a mandioca de que precisavam. Qualquer uma dessas estratégias tornaria suas propriedades auto-suficientes em tempos normais. A terceira estratégia, ao contrário, envolvia o recurso ao mercado. Senhores de engenho e lavradores de cana podiam comprar farinha e distribuí-la em rações regulares. Como as observações contraditórias de Mendes sugerem, todas as três estratégias podiam ser encontradas em uso no Recôncavo em qualquer momento. Além disso, não se excluíam mutuamente; era possível combiná-las, como de fato se fazia às vezes em algumas propriedades. Ainda assim, para tentar determinar qual a estratégia de abastecimento que predominava, é melhor examinar cada uma em separado. Além de ajudar a responder a questões sobre o tamanho do mercado local para a farinha, esse exame revela muito sobre a administração cotidiana dos engenhos e fazendas de cana do Recôncavo e sobre a vida que os escravos levavam.

O cultivo de mandioca por conta do proprietário

Para os senhores de engenho e os lavradores de cana, usar os próprios escravos para cultivar lavouras de subsistência não era apenas uma estratégia possível de abastecimento; era uma obrigação legal. Preocupadas com os problemas sociais e políticos que a escassez poderia ocasionar, a Coroa e as autoridades locais tentaram mais de uma vez garantir uma oferta adequada de gêneros alimentícios através de legislação. Alvarás e provisões régias de 1642, 1680 e 1690 obrigavam os senhores de engenho e lavradores de cana a cultivar mandioca. Decretos posteriores renovaram essa obrigação e especificaram que deviam cultivar pelo menos quinzentas covas de mandioca por cada escravo a seu serviço.³⁴

A repetição dessas leis é por si mesma sugestiva; se tivessem sido obedecidas, não teria sido necessário reeditá-las a cada ameaça de escassez. O cronista Vilhena, escrevendo no final da década de 1790, não tinha dúvida sobre o assunto; não conhecia um só senhor de engenho que cultivasse o número obrigatório de covas de mandioca. Uma década e meia depois, o juiz de fora de Santo Amaro e São Francisco do Conde confirmou as observações de Vilhena quando, em 1817, informou ao governador que em sua jurisdição — o próprio coração da zona açucareira da Bahia — as leis sobre o plantio da mandioca se achavam "em desuso".³⁵

Essas leis encontravam resistência em grande parte por serem onerosas. Quinzentas covas de mandioca teriam produzido muito mais farinha do que um escravo seria capaz de consumir em um ano. Os legisladores em Portugal e na colônia que conceberam tais leis não eram movidos prioritariamente pela preocupação com o sustento dos escravos rurais; procuravam, antes, assegurar estoques abundantes de farinha para os mercados locais. Calculavam que, com um terço da mandioca colhida, o senhor de engenho poderia sustentar sua família e seus cativos. Os dois terços restantes ficariam então disponíveis para venda para o "Povo".³⁶ Compreensivelmente, os senhores de engenho resistiam a essas leis que, em parte, visavam a transformar suas propriedades em fazendas de mandioca.

Plantações menores de mandioca, suficientes para o consumo interno, permitiriam aos senhores de engenho e lavradores de cana, é claro, evitar a despesa da compra de farinha. Além disso, como nas fazendas e

sítios de fumo, certas práticas agrícolas os estimulavam a produzir farinha para consumo próprio. Às vezes, cultivavam mandioca em terreno recém-limpo para "amaciá-la" o solo antes de plantar cana pela primeira vez. Ocasionalmente, plantavam lavouras de subsistência, inclusive a mandioca, entre as fileiras de cana. Em outros casos, terras "cansadas", que já não produziam açúcar de boa qualidade, passavam a ser plantadas com mandioca por alguns anos. Talvez em consequência dessas práticas, o cultivo da mandioca tornou-se comum nos engenhos dos distritos açucareiros mais novos, como São Pedro do Agu da Torre, e também, ao que parece, das freguesias de Cachoeira (menos o Iguapé) e do sul do Recôncavo.³⁷

Nenhuma dessas áreas, porém, era em absoluto representativa dos tradicionais distritos açucareiros da Bahia. Seus solos eram mais leves e mais arenosos do que os massapés pesados e argilosos que os senhores de engenho do lado norte da baía consideravam ideais para a cana. Portanto, era mais fácil para senhores de engenho em Agu da Torre, em Cachoeira e no sul do Recôncavo cultivar tanto a cana como a mandioca em suas terras. Mesmo assim, a qualidade do solo não era em lugar algum um impedimento absoluto para o cultivo da mandioca. Ainda que a colheita possa ser mais difícil e o rendimento possa ficar abaixo da média, a mandioca cresce em solos de massapé. Além disso, mesmo nos distritos de massapé, a maioria dos senhores de engenho podia encontrar em suas propriedades algum pedaço de terra com solos leves e arenosos, adequados ao cultivo da mandioca. Ou então certamente tinham alguns terrenos em que a cana já não crescia bem. Em último caso, como Miguel Calmon sugeriu, podiam comprar ou arrendar fazendas ou sítios em distritos com solos arenosos para plantar mandioca.³⁸

Não obstante, muitos senhores de engenho manifestavam franca hostilidade às lavouras de subsistência. Na sua opinião, o cultivo da mandioca apenas acelerava o desmatamento, privando seus engenhos da lenha necessária ao fabrico do açúcar. Cultivar mantimentos também implicava desviar recursos — terra e, mais importante, mão-de-obra — da produção mais rentável da cana-de-açúcar. Não é de surpreender, portanto, que, na década de 1810, os senhores de engenho de Santo Amaro tenham chegado a proibir seus arrendatários de plantar mandioca. Certamente con-

cordavam com o desembargador João Rodrigues de Brito que, em 1807, afirmou ser disparatado obrigar "o lavrador a ocupar com a mesquinha plantação de mandioca, que se dá em toda a qualidade de terra, os raros e preciosos torrões de massapé". Na mesma ocasião, Manoel Ferreira da Câmara, um senhor de engenho rico e esclarecido, declarou com evidente orgulho e em desafio às leis, "não planto um só pé de Mandioca, para não cair no absurdo de renunciar a melhor cultura do País pela pior que nela há, e para não obstar a uma por outra cultura, e complicar trabalhos de natureza diferente". Quase trinta anos depois, Miguel Calmon, cuja família possuía vários engenhos, observou que raramente se encontravam lavouras de subsistência de qualquer espécie nas grandes propriedades açucareiras do Recôncavo.³⁹

As observações de Calmon são confirmadas por uma amostra de mais de 150 inventários *post-mortem* realizados nos principais distritos canavieiros do Recôncavo entre 1780 e 1860. Na amostra, não passa de 36% a proporção de lavradores de cana que possuíam rodas de ralar mandioca e outros "acessórios de fazer farinha", e somente um quinto (23%) dos engenhos tinham "acessórios" desse tipo. Torna-se evidente que muitos senhores de engenho e lavradores de cana não cultivavam mandioca alguma.

Rogas de escravos

Ainda assim, é possível que os engenhos e fazendas de cana do Recôncavo fossem, em grande parte, auto-suficientes. Aproveitando seu tempo "livre" para trabalhar em pequenos lotes de terra que seus senhores lhes concediam, talvez os escravos cultivassem mandioca suficiente para seu sustento. Nesse caso, mesmo que os senhores de engenho e lavradores de cana produzissem, por conta própria, pouca ou nenhuma mandioca, teriam evitado a despesa da compra da farinha no mercado.⁴⁰

Permitir que os escravos cultivassem roças para proveito próprio era uma prática comum em muitas áreas de agricultura escravista nas Américas. Vários estudos sobre as Antilhas e o Sul dos Estados Unidos constataam que os escravos tinham freqüentemente, por costume, o "direito" a pequenas parcelas de terra e ao tempo necessário para nelas trabalhar. Esses

estudos também demonstram que, mediante o cultivo de alimentos por conta própria, os escravos conseguiam um grau limitado, mas real, de autonomia em suas vidas cotidianas. Mais que isso, em algumas áreas, as roças lhes permitiam desenvolver ampla variedade de atividades produtivas e comerciais independentes. De modo semelhante, pesquisas recentes mostram que os escravos em outras regiões do Brasil também cultivavam roças.⁴¹

Embora as roças, sob diversos nomes, estivessem presentes em muitas áreas de agricultura de *plantation*, seu papel na subsistência dos cativos variava muito de uma região para outra e ao longo do tempo. Num extremo, os escravos da Jamaica, da Guiana Francesa, da Martinica e de Granada tiravam a maior parte de seu sustento do que cultivavam em seus lotes. Muitos conseguiam até colher excedentes consideráveis para vender em mercados locais. No outro extremo, os escravos de Barbados, de Antígua e do Sul dos Estados Unidos dependiam sobretudo das rações distribuídas pelos seus senhores.⁴²

Diante dessa diversidade, é preciso ter cautela na avaliação do papel das roças na subsistência dos escravos rurais na Bahia. A necessidade de cautela é ainda maior porque Jacob Goreneder afirma especificamente que as roças eram raras nos engenhos do Nordeste, onde o calendário agrícola não incluía quase nenhum período de inatividade e onde o trabalho na lavoura principal mantinha os cativos ocupados durante quase todo o ano.⁴³ A primeira tarefa que se impõe, portanto, é determinar se os escravos no Recôncavo geralmente tinham acesso a roças.

Sobre esta questão, não faltam informações nas fontes. A extensão do calendário agrícola, por si só, não excluía a possibilidade de conceder aos escravos tempo e terra para cultivarem lavouras de subsistência numa roça. Cronistas baianos do final do século XVIII, como José da Silva Lisboa, Luís Antônio de Oliveira Mendes e Luís dos Santos Vilhena, todos se referiram à prática. Manoel Ferreira da Câmara, proprietário de um grande engenho no Recôncavo, também a mencionou na década de 1830.⁴⁴ Escrevendo na mesma época, Miguel Calmon proclamou as vantagens que os senhores de engenhos obtinham quando concediam roças a seus escravos:

É mui conveniente que o Senhor dê, ou habilite o escravo a ter alguma propriedade; e excite a sua industria. É um poderoso meio para distraí-lo de idéias inseparáveis da sua triste condição, e inspirar-lhe o desejo de trabalho, e até convidá-lo a viver em família. A prática de movê-lo a que plante uma roça, mormente de viveres, de permitir-lhe que tenha alguma criação, ou exercite alguma indústria; é sem dúvida conducente para a sua possível felicidade, enquanto pode modificar as propensões destregadas, que a escravidão gera, e melhorar os seus costumes.⁴⁵

Significativamente, Calmon falou em ceder "propriedade" aos escravos. Reconhecia que eles tinham "direitos", se não por lei, então por costume, sobre os lotes que cultivavam.⁴⁶

Enquanto Calmon e Câmara escreviam sobre roças, o inventariante que administrava uma grande fazenda de cana, denominada Capela de Santa Maria, na freguesia do Iguape, estava pagando escravos para que trabalhassem aos domingos e dias santos, tempo que normalmente usariam para cuidar das suas roças. Miguel de Teive e Argolo, o proprietário do Engenho Santo Estêvão, fez o mesmo vinte anos depois. Mais ou menos na mesma época, dois quacres ingleses em visita ao Engenho Vitória, no Iguape, souberam que ali os escravos adultos cultivavam "roças (*provision-grounds*) para seu próprio proveito".⁴⁷

Outros indícios vêm de um levantamento, feito, em 1854, dos engenhos da freguesia de Matoim (Salvador), a alguns quilômetros do Santo Estêvão, que descreve os engenhos Novo Caboto e Matoim como com-postos "de terras ocupadas em plantações de canas, pastos e as mandiocas dos escravos". Esse levantamento, ao mencionar as lavouras dos escravos, contrasta com outras descrições de engenhos baianos da época, que raramente se referem às roças, muito menos a sua localização, a sua extensão ou aos gêneros nelas plantados. O mesmo ocorre com outras fontes como os inventários *post-mortem*, nos quais talvez se esperasse encontrar informações desse tipo. Nos inventários, os avaliadores muitas vezes registravam em grande detalhe os limites da propriedade, o tamanho e a localização dos canaviais, o estado de conservação das cercas, a qualidade dos solos e as ferramentas, até enxadas e machados quebrados, que os escravos usavam em seu trabalho diário. Em alguns casos, davam-

se até ao trabalho de arrolar e avaliar, um a um, dendezeiros, árvores frutíferas, coqueiros e touceiras de bananeiras. No entanto, quase nunca registavam as roças cultivadas por escravos. A falta de referências explícitas a roças obviamente torna o trabalho do historiador mais difícil. Mas, como João Fragoso e Manoel Florentino argumentam com razão, ao não registar e avaliar roças, os avaliadores estavam a reconhecer implicitamente que as lavouras que os cativos nelas plantavam não pertenciam ao proprietário falecido. Com efeito, tanto avaliadores quanto herdeiros seguiam o costume generalizado e reconheciam que, na prática, os escravos tinham "direitos" sobre os gêneros que cultivavam para seu próprio uso.⁴⁸

Assim, não surpreende que a mais detalhada descrição das roças de qualquer engenho baiano tenha sido deixada por um visitante europeu. Em 1847, o barão Forth-Rouen, um diplomata francês, aproveitou uma escala em Salvador para visitar vários engenhos do Recôncavo. Numa propriedade pertencente ao visconde de Pedra Branca, observou que

cada [escravo] possui uma porção de terra que escolhe onde quer e cultiva quando e como lhe aperece. Todos têm também um cavalo; alguns têm vários cavalos que alugam para seu senhor. Têm também gado, ovelhas etc.⁴⁹

Forth-Rouen acrescentou que, nessa questão, o visconde concedia a seus escravos liberdades excepcionais e tinha constante preocupação com o bem-estar deles. A maioria dos outros senhores de engenho certamente determinava onde os cativos podiam fazer suas roças e quando podiam trabalhar nelas. É também improvável que muitos escravos no Recôncavo possuísem cavalos. O que não era excepcional, contudo, era a liberdade que os escravos do visconde tinham de plantar suas roças como lhes aperecia.⁵⁰

A questão passa a ser agora a de saber se os escravos tiravam de suas roças o grosso de seu sustento. As observações de José da Silva Lisboa indicam que sim; em 1781, Lisboa escreveu: "a sustentação dos escravos ordinariamente não está a cargo dos senhores, porque, por um costume quase universal, se lhes dá o dia do sábado e domingo para nelas lavra-rem, o que lhes for mister, assinando-se-lhes o terreno". Lisboa pode ter

exagerado; a Igreja na Bahia colonial queixava-se às vezes de que os senhores de engenho só permitiam que seus cativos trabalhassem em suas roças aos domingos, quando deveriam, como qualquer cristão, estar descansando. Quase vinte anos depois, no fim da década de 1790, Luís dos Santos Vilhena observou que apenas alguns senhores de engenho se recusavam a dar rações a seus escravos e os forçavam a viver exclusivamente do produto de suas roças. Esse senhores de engenho, na opinião de Vilhena, eram os mais cruéis e os mais desumanos no tratamento de seus cativos. Como Vilhena, Manoel Ferreira da Câmara, na década de 1830, também denunciou como desumanos os senhores que deixavam de distribuir rações. Os escravos, segundo Câmara, não podiam sobreviver apenas com o que produziam por conta própria; portanto, não distribuir rações equivalia a dizer-lhes: "Vão roubar para sustentar a vida." Câmara citou o exemplo de vizinhos seus que não distribuíam rações e afirmou que os escravos desses vizinhos "têm chegado a roubar-me até as talhadas de inhame metidas na terra, e não há cacho de banana que lhes escape".⁵¹

Miguel Calmon, escrevendo na mesma época, conseguiu encontrar todo tipo de vantagens para os proprietários rurais no costume de conceder roças aos cativos, mas, significativamente, não incluiu entre elas a possibilidade de transferir para os escravos a total responsabilidade pela própria subsistência. Ao contrário, fez eco a Vilhena e Câmara, condenando os senhores que davam a seus escravos "*um dia em vez de nada*". Esses senhores, segundo Calmon, agiam nem tanto por "crueldade", mas por "estóida indiferença" pelo bem-estar de seus cativos, mas o resultado pouco tinha de humano; ele descreveu os cativos pertencentes a esses senhores como o próprio quadro da "miséria, do vício e da morte".⁵²

No todo, os comentários de Vilhena, Câmara e Calmon não nos levam muito longe. Apenas estabelecem que em *alguns* engenhos os escravos obtinham a maior parte de seu sustento das suas roças. Em nenhum momento esses autores sequer insinuaram que isso ocorria na maioria dos engenhos baianos. Além disso, ao denunciar os senhores de engenho que não distribuíam rações, todos os três fizeram pouco mais que exumar preconceitos moralistas que autores reformistas, como os jesuítas André João Antonil e Jorge Benci, haviam proposto pela primeira vez no início do

século XVIII.⁵³ No máximo e com muita cautela, poderíamos concluir que, com a revitalização do comércio açucareiro, o número de engenhos em que os escravos não recebiam rações diminuiu entre o início da década de 1780, quando Lisboa tratou do assunto, e as décadas posteriores, quando Vilhena, Câmara e Calmon o retomaram.

Para ir além destas observações limitadas, é preciso abordar a questão de um ângulo diferente e com fontes diferentes. Podemos, por exemplo, procurar indicações de que os escravos vendiam produtos colhidos de suas roças. Em quase todas as áreas das Américas em que se estabeleceu a agricultura de *plantation*, os escravos rurais vendiam parte do que colhiam por conta própria, mas o volume e a frequência dessas vendas variavam consideravelmente. Nas regiões em que os cativos dependiam sobretudo do cultivo de roças para se sustentar, muitas vezes conseguiam também produzir excedentes comercializáveis. Assim, os escravos na Jamaica, em São Domingos, em Granada, em São Vicente, na Martinica e na Guiana Francesa tiravam de suas roças não só grande parte do próprio sustento como também quantidades expressivas de verduras e outros víveres (entre os quais a farinha de mandioca) para abastecer mercados locais.⁵⁴

Os escravos dos engenhos e das fazendas de cana da Bahia faziam o mesmo? O conhecido exemplo da rebelião escrava de 1789-91 no Engenho Santana já foi citado como prova de que sim. No tratado de paz que negociaram com o senhor de engenho, ao estipular as condições pelas quais voltariam ao trabalho, os escravos do Santana pediram mais tempo para trabalhar em suas roças e maior liberdade para escolher onde poderiam limpar terreno para plantar seus víveres. E, numa outra cláusula, pediram "uma barca grande para, quando for para a Bahia [i.e., Salvador], nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes". O Engenho Santana, no entanto, não é um exemplo que se possa generalizar. Não era típico nem das grandes propriedades açucareiras do Recôncavo, nem dos engenhos das outras principais regiões canavieiras do Nordeste; localizava-se fora do Recôncavo, a cerca de 320 quilômetros ao sul de Salvador, num ponto isolado em Ilhéus, que, além de ser uma vila pouco povoada, sofria na época de problemas crônicos de abastecimento.⁵⁵

O Recôncavo, em contraste, tinha mais de duzentos engenhos, uma população relativamente densa e mercados locais bem abastecidos. Se os escravos das propriedades açucareiras do Recôncavo obtinham a maior parte de seu sustento do que cultivavam por conta própria, é possível que vendessem produtos de suas roças regularmente aos seus senhores; talvez até dessemperhassem, como seus equivalentes caribenhos, um papel importante no abastecimento de mercados locais.

Nesse caso, indicações de atividades comerciais deveriam aparecer em inventários *post-mortem* de senhores de engenho e de lavradores de cana do Recôncavo. Por exemplo, esses processos contêm quase sempre declarações de dívidas passivas, inclusive dívidas para com escravos. Dívidas desse tipo podiam surgir facilmente quando os escravos vendiam a seus senhores produtos colhidos em suas roças. Além de listas de dívidas, os inventários incluem às vezes contas de despesas feitas pelos inventariantes; não só gastos maiores, como a aquisição de equipamentos novos ou salários pagos a feitores, mas também pequenas somas gastas na compra de verduras, galinhas, milho, feijão, farinha e outros víveres — itens que os cativos poderiam ter fornecido da produção de suas roças. Pesquisas feitas com inventários em outras áreas do Brasil demonstram que nelas os escravos rurais de fato vendiam a produção excedente de suas roças e, em alguns casos, até gado.⁵⁶

Os inventários baianos também fornecem exemplos de escravos rurais que vendiam produtos por conta própria. Esses exemplos indicam que os escravos dos distritos açucareiros da Bahia podiam efetivamente alcançar um grau restrito, mas ainda assim real, de autonomia no cultivo de suas roças e em outras atividades que desenvolviam em seu tempo "livre". Mas, precisamente por serem poucos, os exemplos encontrados nos inventários baianos não permitem afirmar que a venda de excedentes por esses escravos era uma prática comum e regular.

O primeiro exemplo é a dívida, no montante de Rs.37\$680, que José Manoel tinha para com Teodósio da Silva, um escravo pardo. Quando José Manoel, um morador pobre do Iguape e ocasionalmente lavrador de cana, morreu em 1824, Teodósio recebeu permissão de sua proprietária, filha de José Manoel, para apresentar a seguinte conta:⁵⁷

Conta do quanto deve o Sr. Manoel a Teodósio da Silva as parcelas seguintes com suas devidas declarações, a saber

1ª vez em dinheiro quando plantou canas com o defunto Gabriel	Rs. 8\$000
2ª de [i.e., dita] Idem em dinheiro 11 patacas	Rs. 3\$520
3ª de Em fazenda que lhe vendi, a saber 11 côvados [7,26 metros] de chita e uma navalha — 13 patacas	Rs. 4\$160
4ª vez por desoneramento de seu filho Florêncio que me devia e Vossa Mercê obrigou-se à dívida	Rs. 13\$000
5ª vez do Importe de 2 capados que me pertenciam e Vossa Mercê os recebeu por mão do Senhor Pedro, seu conhecido na Cidade	Rs. 9\$000
Soma — Salvo erro ou omissão	Rs. 37\$680

A conta de Teodósio, embora endossada pelo vigário local, não é inteiramente clara. Como, por exemplo, havia Florêncio, filho de José Manoel, passado a dever Rs. 13\$500 a Teodósio? O primeiro item da conta é frustantemente ambíguo: quem plantou cana com o defunto Gabriel — José Manoel ou Teodósio? Se foi José Manoel, teria então Teodósio financiado de algum modo o plantio de cana feito pelo falecido pai de sua prioritária? Se foi Teodósio, como parece mais provável, a conta mostra que os escravos rurais podiam usar seu tempo “livre” não só para cultivar roças, mas também para aceitar o trabalho remunerado na lavoura. Além de trabalhar como jornaleiro, Teodósio criava algum tipo de gado e era uma espécie de mascate ocasional. Tinha, portanto, ligações com comerciantes locais que lhe forneciam mercadorias. No todo, a conta mostra que Teodósio estava envolvido em notável e injustadamente ampla variedade de atividades. A importância que José Manoel devia ao escravo da filha era, além do mais, substancial. Com Rs. 37\$680, Teodósio poderia ter comprado um ou dois cavalos, ou a liberdade de um escravo de dois ou três anos de idade. Poderia ter comprado também toda a farinha necessária para sustentar a si mesmo, uma mulher e três filhos durante um ano inteiro.⁵⁸

Na mesma freguesia do Iguape em que, três décadas e meia depois, Teodósio iria apresentar sua conta, dona Ana Joaquina de São José, inventariante de seu falecido marido, assumiu plena responsabilidade pela administração do Engenho Maroim entre maio e dezembro de 1790. Nesses meses, contratou carpinteiros (“carapinas”) para consertar a moenda da propriedade. Das contas que dona Ana Joaquina preparou e depois anexou ao inventário do marido constam, entre outras despesas, os salários que pagou aos carpinteiros e a comida que comprou para suas refeições. Pelo menos em uma ocasião, ela comprou para eles azeite-de-dendê e feijão de sua escrava Benta. Embora as contas, infelizmente, não especificuem a quantidade de azeite e feijão que dona Ana Joaquina comprou, a soma que pagou a Benta, Rs. 4\$000, indica que deve ter adquirido uma boa quantidade de ambos. Essa importância teria comprado um terço de alqueire, ou aproximadamente 11 quilos, de feijão em Salvador; e Benta, muito provavelmente, não recebeu o prego corrente na cidade.⁵⁹

Um terceiro exemplo vem do inventário de José Francisco das Neves, proprietário do Engenho Genipapo, no município de São Francisco do Conde. Como administrador do engenho, o inventariante fez a seguinte anotação em suas contas:

1842. 8 de fevereiro. Uma porção de mandioca comprada ao escravo Bento

Rs. 6\$000

Bento havia vendido uma quantidade respeitável de mandioca. Sua “porção” pode ter ocupado uma tarefa inteira (4.356 metros quadrados), plantada com mais de quatro mil covas de mandioca. Esse número de covas teria facilmente produzido farinha suficiente para alimentar Bento e mais quatro escravos durante um ano.⁶⁰

Torna-se, portanto, evidente que os escravos dos distritos açucareiros da Bahia cultivavam roças e que, pelo menos ocasionalmente, colhiam delas uma produção excedente e comercializável. Como os escravos de muitas partes das Américas, encontravam em suas roças e em seu tempo “livre” uma “economia própria”, que, embora restrita, não deixava de ser significativa. Muitas vezes, suas roças deviam ser meros retalhos de terra; as horas que a elas podiam dedicar, sem dúvida, eram poucas; e em geral as colheitas deviam ser mesquinhas. Mas, no cultivo dessas roças, eles mes-

mos, não seus donos, tomavam as decisões. Dentro dos limites impostos pela escravidão, eram escravos que, para usar a expressão de Eduardo Silva, "negociavam".⁶¹ "Negociavam" com seus senhores e até com a própria escravidão.

Mas as fontes também sugerem que a "economia própria" dos escravos na Bahia era muito menos desenvolvida que em algumas colônias açucareiras do Caribe. A Bahia nada tinha que se comparasse aos mercados e feiras da Jamaica, São Domingos, Antígua, Granada, Martinica e Barbados, freqüentados por centenas e até milhares de escravos rurais. Além disso, as compras de feijão e azeite-de-dendê no Engenho Maroim e de uma "porção" de mandioca no Engenho Genipapo parecem insignificantes quando comparadas com os exemplos encontrados por João Fragoso e Manoel Florentino em inventários de fazendeiros de café da província do Rio de Janeiro. Na Fazenda Caxambu, o administrador adquiriu dos escravos da propriedade 39% de todos os gêneros alimentícios que comprou entre 1880 e 1882. Num período de apenas seis meses, os escravos forneceram 391 alqueires de milho, quase 29 alqueires de feijão e 60 sacos de arroz. Numa outra fazenda de café, na década de 1850, a participação dos escravos chegou a 60% de todos os víveres comprados.⁶² Fica claro, portanto, que, no período de 1780 a 1860, os escravos dos engenhos baianos não produziam a maior parte do seu próprio sustento. A produção das roças servia principalmente para suplementar as rações que recebiam.

Dependência do mercado local

Resumindo: os senhores de engenho e lavradores de cana no Recôncavo geralmente não plantavam mandioca em quantidades suficientes, nem seus escravos costumavam cultivar em suas roças alimentos suficientes para se sustentar. Como, então, os senhores de engenho e lavradores de cana alimentavam seus escravos? Valendo-se da terceira estratégia a sua disposição: compravam farinha; isto é, recorriam ao mercado local.

São de fato abundantes as indicações de compras de farinha por senhores de engenho. Luís Antônio de Oliveira Mendes e Luís dos Santos Vilhena, escrevendo no final do século XVIII, mencionaram essas com-

pras. Na década de 1830, Manuel Ferreira da Câmara e Miguel Calmon insistiram publicamente com os senhores de engenho para que cultivassem gêneros alimentícios porque acreditavam que já *deixara* de ser econômico comprar farinha. Chegara a hora, afirmavam, de os senhores de engenho mudarem seus hábitos e pararem de comprar farinha. Porém, tanto Câmara quanto Calmon estavam a reagir aos preços extraordinariamente altos da farinha no início da década de 1830, e ambos reconheciam que se estavam opondo a um hábito arraigado entre os senhores de engenho. Nem mesmo os próprios herdeiros de Câmara seguiram seu conselho; depois que ele morreu, compravam farinha para os mais de cem escravos de seu Engenho da Ponta, no Iguape. Esses herdeiros, como muitos outros senhores de engenho, continuavam a calcular que, em média, era mais barato comprar farinha que plantar mandioca.⁶³ Vilhena observou que os senhores de engenho calculavam havia muito que com uma arroba de açúcar podiam comprar com vantagem quatro alqueires de farinha. No tempo de Câmara, a relação havia mudado, mas o raciocínio continuava o mesmo. "A uma voz dizem todos", escreveu ele

que, ano comum, com o produto de uma arroba de açúcar se compram dois alqueires de farinha; e que portanto o Lavrador de cana que deixasse de a plantar, para plantar mandioca, compraria a farinha por dobrado preço.⁶⁴

Os senhores de engenho simplesmente acreditavam que comprar farinha era mais vantajoso que produzir a sua própria.

As autoridades dos distritos produtores de mandioca e de Salvador, em sua correspondência com o governo colonial e depois provincial, freqüentemente mencionavam remessas de farinha para as áreas açucareiras do Recôncavo. Em alguns casos, especificavam que a farinha se destinava ao abastecimento de engenhos. Às vezes, senhores de engenho chegavam a mandar seus próprios barcos até os portos desses distritos para comprar farinha. Sem ir tão longe, podiam também comprá-la de roceiros vizinhos. Outros senhores de engenho recorriam ao mercado de Salvador para abastecer suas propriedades. Em Salvador, a farinha era vendida tanto no Celeiro Público da cidade quanto "no mar", isto é, em barcos ancorados

TABELA 7
Compras de farinha por senhores de engenho e lavradores de cana, 1788-1864

Anos ^a	Inventário de	Tipo de propriedade (própria ou alugada) e localização: freguesia (quando conhecida) e município	Tipo de evidência
1788-89	Manoel Dias Rocha	Faz. de cana, Iguape, Cach.	Contas
1789-90	João Pereira de Magalhães	Faz. de cana, Iguape, Cach.	Contas
1790	Félix Alves de Andrade	Eng ^o Maroim, Iguape, Cach.	Contas
1797	André Gonçalves da Costa	Eng ^o Cruz das Almas, Santana do Catu, SFC	Dívida
1800-01	Sebastião Vieira Tosta	Eng ^o Esconso, Outeiro Redondo, Cach.	Contas
1804	Luís da Costa Ribeiro Correia	Faz. de cana, S. Gonçalo, SFC	Dívida
1810-12	Diogo Antônio de Sá Barreto	(1) Eng ^o Laranjeiras, S. Sebastião do Passé, SFC; (2) Eng ^o Cabaxi, Monte, SFC	Contas
1822-23	[João Teixeira Barbosa ^b]	Eng ^o Passagem, Eng ^o S Inês e Eng ^o Cachoeirinha, todos: Matoim, Salvador	Contas
1823-24	Diogo José Ferreira	Faz. de cana, Iguape, Cach.	Contas
1826-27	Serafím dos Santos Araújo	Faz. de cana, S. Sebastião do Passé, SFC	Contas
1833-34	Antônio Lopes Ferreira e Souza	Eng ^o Preguiça, (?), S. Amaro	Contas
1836-39	Luísa Rosa de Gouveia e Portugal	Eng ^o S. Gonçalo, Socorro, SFC	Contas
1836-40	José Francisco da Costa Lobo	Faz. de cana, S. Sebastião do Passé, SFC	Contas
1837-41	Manoel Estanislau de Almeida	Faz. de cana, Iguape, Cach.	Contas
1838-41	Maria Bernardina da Conceição e Vasconelos	Faz. de cana, Iguape, Cach.	Contas
1839	Domingos Américo da Silva	Eng ^o S. Domingos e Eng ^o S. Catarina, ambos: Iguape, Cach.	Contas
1839-40	Ponciano da Costa Araújo	Faz. de cana, S. Sebastião do Passé, SFC	Contas
1839-42	Antônio Joaquim de Meneses Dória e Ana Egídia de Araújo Góes	Faz. de cana, S. Sebastião do Passé, SFC	Contas
1842	João Francisco das Neves	Eng ^o Genipapo, S. Sebastião do Passé, SFC	Contas
1842-43	Joaquim Ferreira Bandeira	Eng ^o Macaco e Eng ^o Buranhém, ambos: S. Gonçalo, SFC	Contas
1842-45	Maria Rosa de Matos	Eng ^o Marapé, S. Gonçalo, SFC	Contas
1846	Joana Maria de Vasconcelos	Faz. de cana, Monte, SFC	Contas
1849-50	Barão de Maragogipe (Bento de Araújo Lopes Vilas Boas)	(1) Eng ^o S. Antônio das Varas, Cotegipe, Salvador; (2) Eng ^o Pimentel e (3) Eng ^o Bom-gosto, ambos: S. Sebastião do Passé, SFC	Contas
1849-50	Guilhermina Galo Gomes	Faz. de cana, Socorro, SFC	Contas
1854-59	[Miguel de Teive e Argolo] ^c	Eng ^o S. Estêvão, Socorro, SFC	Contas
1854-57	Visconde e viscondessa de Pirajá	(1) Eng ^o Nazaré, Rio Fundo, SA; e (2) Eng ^o S. Miguel, N.S. da Purificação, SA	Contas
1855-56	Antônio Pedreira de Cerqueira	Eng ^o da Pedra, N.S. da Purificação, SA	Contas
1857-60	Hilária Maria de Jesus	Eng ^o do Mocambo, (?), Maragogipe	Contas
1858-63	Francisco de Oliveira Guedes	Eng ^o Vira-saia e Eng ^o Sururu, ambos: (?), Maragogipe	Contas
1860-65	Matilde Flora da Câmara e Chaby	Eng ^o da Ponta, Iguape, Cach.	Contas

Fontes: Inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC, IT; APEB, SH, 247.

^aAnos abrangidos pelas contas ou data da dívida.

^bAs contas citadas aqui, embora catalogadas junto com a correspondência recebida pelo governo colonial, representam, muito provavelmente, um fragmento extraviado de um inventário. Na "Matrícula dos Engenhos", João Teixeira Barbosa consta como proprietário dos engenhos Passagem, Santa Inês e Cachoeirinha.

^cAs contas do engenho de Miguel de Teive e Argolo foram anexadas ao inventário de Maria de Assunção Freire de Carvalho para ajudar a decidir uma disputa entre os herdeiros desta.

no porto. Enquanto a farinha desembarcada estava reservada aos consumidores urbanos, os estoques que permaneciam "no mar" estavam dispostos para venda a senhores de engenho.⁶⁵ A existência desse tipo de arranjo atesta a regularidade com que senhores de engenho compravam farinha para alimentar seus escravos.

Os inventários *post-mortem* fornecem evidências ainda mais diretas. A Tabela 7 cita trinta inventários de senhores de engenho e lavradores de cana em que as dívidas passivas ou as prestações de contas indicam compras de farinha. Esses exemplos, que vêm das principais áreas açucareiras do Recôncavo e que cobrem quase todo o período de 1780 a 1860, reforçam as evidências já apresentadas e corroboram a conclusão de que muitos senhores de engenho e lavradores de cana costumavam comprar farinha para alimentar seus escravos.

Entre os inventários que constam da tabela, um pequeno número refere-se a propriedades que tinham instalações para o fabrico de farinha; algumas tinham até plantações de mandioca. Esses exemplos mostram que até mesmo senhores de engenho e lavradores de cana que dispunham dos meios para fazer a própria farinha às vezes preferiam comprá-la. Comprar farinha, portanto, era uma estratégia que escolhiam, não uma imposição.

Isto suscita um ponto importante: precisamente porque os engenhos e fazendas de cana eram empresas agrícolas escravistas, seus proprietários tinham toda uma gama de opções. Num extremo estava a auto-suficiência: senhores de engenho como os de Água da Torre cultivavam mandioca suficiente ou concediam a seus escravos bastante terra e tempo para que pudessem se sustentar com a produção de suas roças. No outro extremo, havia senhores de engenho que dependiam inteiramente do mercado para abastecer suas propriedades. As contas anexadas aos inventários frequentemente registram compras de farinha em quantidades suficientes para fornecer a todos os escravos da propriedade uma ração completa de farinha. Entre os dois extremos, havia senhores de engenho que combinavam estratégias. Na Tabela 7, o Engenho Genipapo serve como exemplo da combinação de estratégias. Ali, os escravos cultivavam mandioca não só nas suas roças, mas também nas plantações do proprietário. Além disso, o engenho comprava farinha. A qualidade dos solos, as distâncias de

feiras locais e os preços relativos do açúcar e da farinha sem dúvida determinavam a estratégia que um senhor de engenho escolhia. As opções da produção doméstica e da compra, contudo, estavam sempre disponíveis a todos eles.

Essa gama de opções, potencialmente, permitia aos senhores de engenho e lavradores de cana grande flexibilidade na administração de seus engenhos e fazendas. Podiam passar de uma estratégia para outra sempre que mudassem os preços relativos da farinha e do açúcar. Quando a escassez elevava o preço da farinha, ou as receitas do açúcar caíam, podiam recorrer à produção doméstica para reduzir seus custos monetários. Inversamente, quando os preços do açúcar estavam altos ou a farinha barata, podiam novamente recorrer ao mercado para abastecer suas propriedades. A tendência relativamente prolongada de alta nos preços do açúcar, iniciada em fins do século XVIII, sem dúvida estimulou muitos senhores de engenho e lavradores de cana a trocar a produção doméstica pela compra de farinha.

Pelo menos em princípio, os senhores de engenho podiam também mudar suas estratégias de abastecimento ano a ano, conforme as variações do preço da farinha. Esses ajustes de curto prazo teriam resultado numa demanda extremamente elástica da farinha comercializada. Ao que tudo indica, porém, poucos senhores de engenho tentavam se adaptar às mudanças dos preços de curto prazo pela troca constante de uma estratégia de abastecimento por outra. A Tabela 7 inclui exemplos de anos em que a farinha era vendida por preço alto. Os senhores de engenho sabiam por experiência que o preço desse produto flutuava muito de um ano para outro. Sabiam também que quem tentasse se ajustar a todas essas flutuações poderia facilmente se ver, nas palavras de Manoel Ferreira da Câmara, comprando "a farinha por dobrado preço". Além disso, a mandioca não leva menos de meio ano para amadurecer; a maioria das variedades exige de 12 a 18 meses. Quando um senhor de engenho tivesse condições de colher alguma mandioca, o preço da farinha já poderia ter caído. Fazer ajustes também acarretava transtornos nas rotinas de trabalho estabelecidas na propriedade. Obrigava a transferir alguns escravos para o cultivo da mandioca e o preparo da farinha, ou a conceder a todos os cativos mais tempo "livre" para trabalhar em suas

rogas. Nos dois casos, o trabalho na lavoura principal, a cana-de-açúcar, seria prejudicado.⁶⁶

Todas as evidências apontam, portanto, para a mesma conclusão: em grau variado, muitos, e talvez até a maioria, dos engenhos e fazendas de cana não eram auto-suficientes. Os senhores de engenho e lavradores da cana compravam farinha para alimentar seus escravos. O resultado era um mercado rural surpreendentemente grande. Numa estimativa grosseira, mas conservadora, em 1818 esse mercado compreendia pelo menos 9.300 escravos.⁶⁷ Este número certamente não exagera a demanda rural de farinha comercializada; na verdade, uma estimativa de 13 mil talvez fosse mais realista. De qualquer modo, para alimentar 9.300 escravos teriam sido necessárias compras anuais de quase 85 mil alqueires de farinha, ou um quinto de toda a farinha que, na época, entrava anualmente no Celeiro Público de Salvador.⁶⁸ A medida que a lavoura canavieira continuou a se expandir por todo o Recôncavo após 1818 e o número de engenhos se multiplicou, seriam necessárias quantidades de farinha cada vez maiores para abastecer esse mercado rural.

AGRICULTURA DE PLANTATION, ESCRAVIDÃO E MERCADO INTERNO

A demanda de farinha comercializada estendia-se, portanto, muito além da capital baiana; abrangia também os distritos açucareiros. Salvador, as outras cidades e povoados do Recôncavo e os engenhos e fazendas de cana da região combinavam-se para formar um mercado notavelmente grande e crescente. No fim do século XVIII, cerca de cinqüenta mil consumidores talvez dependessem desse mercado para seu sustento diário; em 1860, eles já somavam certamente mais de cem mil. Esses números, devido aos problemas com os dados censitários, não passam de estimativas aproximadas. Mas, fosse qual fosse o verdadeiro número de consumidores, a própria existência desse mercado urbano e rural tinha amplas implicações. Para começar, introduzia a competição na relação, sob os demais aspectos complementar, entre Salvador e os distritos açucareiros de seu *hinterland* imediato. Negociantes baseados na cidade forneciam aos senhores de engenho os escravos e muitos dos serviços e insumos de que

precisavam para manter suas propriedades em pleno funcionamento. Os senhores de engenho, por sua vez, pagavam aos negociantes com consignações de açúcar. Das vendas no exterior desse açúcar, que correspondia, em geral, a pelo menos metade do comércio de exportação da Bahia, dependia, em última instância, a prosperidade da economia urbana de Salvador. Mas as trocas complementares entre a cidade e o campo davam lugar à competição quando o consumidor urbano se defrontava com o senhor de engenho no Celeiro Público ou em outros mercados locais, ambos regateando a mesma farinha. A competição entre eles pelo mais importante de todos os elementos da dieta comum podia facilmente tornar-se acirrada quando a oferta de farinha escasseava.

Aos consumidores urbanos e às autoridades coloniais, essa competição parecia uma completa anomalia; violava o que deveria ser a relação apropriada entre uma cidade e seu *hinterland* agrícola. O campo, acreditavam, devia não só alimentar a si próprio como produzir um considerável excedente para abastecer os mercados urbanos próximos. As autoridades, tanto na Bahia quanto em Lisboa, tentaram repetidas vezes arrancar precisamente esse excedente de farinha dos engenhos e fazendas de cana. Todas essas tentativas fracassaram porque, no final das contas, nem a Coroa nem os comerciantes que tinham assento na câmara de Salvador estavam dispostos a abrir mão dos lucros a serem auferidos com maiores exportações de açúcar.

A existência de um mercado rural para a farinha também indica o elevado grau de especialização que a indústria açucareira baiana já havia alcançado no início do século XIX. Estreitamente ligados a uma economia mundial emergente, os senhores de engenho do Recôncavo tendiam a concentrar todos os seus recursos na produção de um pequeno número de mercadorias: açúcar, aguardente e melado.

Convém ressaltar que a especialização representava apenas uma tendência, muitas vezes contrabalçada pela gama mais ampla de atividades produtivas desenvolvidas em engenhos específicos. Ainda assim, como sugerem as compras de farinha, era uma tendência forte. No século XIX, a indústria açucareira da Bahia certamente não constituía uma "economia semifechada" em que os senhores de engenho compravam "somente ferramentas indispensáveis e uns poucos produtos europeus para seu pró-

prio consumo" e os escravos viviam de gêneros de subsistência cultivados na propriedade.⁶⁹ Ao contrário, a racionalidade que governava o funcionamento cotidiano dos engenhos e fazendas de cana baianos criava múltiplos e variados vínculos entre a indústria açucareira e outros setores da economia regional. Por exemplo, muitos senhores de engenho não possuíam em suas propriedades fornalhas para fabricar tijolos e fôrmas de barro de purgar açúcar; assim, tinham de comprar tijolos e fôrmas de olarias do sul do Recôncavo. Em 1766, mais de vinte olarias e "casas de louça" já se achavam estabelecidas nas margens dos rios das vilas de Maragogipe e Jaguaripe. Perto delas ficavam os sítios e fazendas em que, em 1780, mais de setecentos roceiros plantavam mandioca para a produção mercantil de farinha.⁷⁰

Havia também fluxos de renda dos engenhos para os bolsos das centenas de artesãos livres que viviam nos distritos açucareiros. As contas anexadas aos inventários *post-mortem* de senhores de engenho estão cheias de anotações sobre pagamentos feitos a ferreiros, carpinteiros, calafates, pedreiros, barqueiros, serradores, marceneiros, carreiros e barbeiros (para aplicar sangrias em escravos doentes). As contas registram também as compras de numerosos itens de produção local: corda, azeite de baleia e de mamona (ambos para iluminação), couros, sebo, lenha, madeira e cal, para citar apenas alguns. Quando não possuíam alambiques próprios, os senhores de engenho chegavam a comprar até cachaga. Portanto, a especialização na indústria açucareira tornava possível a especialização em outras áreas da economia. Em consequência, a expansão da produção de açúcar entre 1780 e 1860 teria estimulado o crescimento de outras atividades econômicas. A produção comercial de farinha, em particular, teria crescido ao longo do mesmo período. Uma oferta maior de farinha nos mercados locais teria incentivado mais senhores de engenho e lavradores de cana a abandonar o cultivo de mandioca em suas propriedades. Ao mesmo tempo, os escravos rurais teriam tido menos oportunidades de comercializar os produtos de suas roças.⁷¹

As compras de farinha por senhores de engenho também põem em xeque a tese de que o predomínio do trabalho escravo, em vez de alguma forma de mão-de-obra livre, impediu ou restringiu severamente o surgimento de um mercado interno. É evidente que o uso da mão-de-obra ca-

tiva nos engenhos baianos não representou um obstáculo intransponível para o desenvolvimento de um mercado rural significativo. Os senhores de engenho e lavradores de cana compravam habitualmente para seus escravos não só farinha de mandioca como também carne-seca, bacalhau e carne fresca, além de tecidos. Justamente porque a indústria açucareira se caracterizava por elevado grau de especialização, a reprodução diária da força de trabalho escrava nela utilizada dependia, em grande parte, desse mercado. Os componentes mais fundamentais da alimentação dos cativos e os panos ordinários de algodão que os vestiam chegavam aos engenhos e fazendas de cana *através* desse mercado.

Seria tentador aqui cair num revisionismo exagerado e afirmar que a escravidão não obstruiu em nada o desenvolvimento do mercado interno. A demanda de alimentos básicos nos distritos açucareiros do Recôncavo sem dúvida suplantaria o mercado rural presente numa região cuja população fosse composta sobretudo por camponeses livres e em grande medida auto-suficientes. Por definição, camponeses desse tipo não comprariam víveres básicos; poderiam até fabricar em casa outros artigos de uso diário.⁷² Mas se o ponto de referência fosse uma sociedade industrial moderna, teríamos necessariamente de concluir que, pelo menos em parte como consequência do uso generalizado do trabalho escravo na agricultura, o mercado rural do Recôncavo era pouco desenvolvido e precariamente estabelecido. Os produtos que os senhores de engenho e lavradores de cana compravam para seus escravos — alguns víveres básicos e panos baratos de algodão — não podem de modo algum ser comparados com o volume e a variedade das mercadorias que circulam numa economia capitalista madura.

As possibilidades de maior desenvolvimento, além disso, eram limitadas. O mercado certamente cresceu à medida que o número de engenhos se multiplicou após 1780 e que a força de trabalho cativa empregada na indústria açucareira aumentou; mas não passou por mudanças qualitativas importantes. Os senhores de engenho queriam escravos que, na chamma de cada manhã, se apresentassem saudáveis e prontos para marchar para os canaviais e assumir seus postos na casa da moenda e na das caldeiras. Suas compras de farinha, carne-seca, chitas, baetas e outros tecidos baratos tinham o objetivo de garantir esse mínimo. Eles nada teriam a

ganhar se seus cativos consumissem maiores quantidades de mercadorias cada vez mais variadas; ao contrário, a compra dessas mercadorias apensas lhes aumentaria as despesas e reduziria a renda.

As contas anexadas aos inventários *post-mortem* das últimas três décadas antes da abolição mostram que os senhores de engenho baianos entre 1861 e 1888 continuavam a comprar para seus escravos exatamente os mesmos itens que seus avós costumavam comprar no fim do século XVIII. Os poucos acréscimos — frascos do purgativo LeRoy e de láudano além de galinhas, sanguessugas e vinho do porto, ou os serviços de um médico em vez dos de um barbeiro — estão longe de representar mudanças substanciais. Os "luxos" que os escravos norte-americanos compravam logo que podiam após a emancipação — roupas vistosamente coloridas, pratos, panelas, talheres, queijos, presuntos, sardinhas, botas, bijuteria de cobre — nunca aparecem entre os artigos que os senhores de engenho compravam "para o sustento da fábrica", isto é, para seus cativos. Restrito aos alimentos mais essenciais e aos tecidos de algodão mais baratos, o mercado rural no Recôncavo dificilmente poderia estimular mudanças em outras áreas da economia regional.⁷³ Além disso, em princípio esse mercado podia contrair-se a qualquer momento. Os senhores de engenho e lavradores de cana sempre tinham a opção de cultivar mandioca, e nada os impedia de empregar alguns cativos na fiação e tecelagem.

Havia ainda outro obstáculo ao crescimento e desenvolvimento desse mercado rural: os víveres essenciais e os tecidos baratos de algodão ali vendidos só asseguravam a reprodução *diária* da mão-de-obra empregada na indústria açucareira baiana. Para aumentar e até para simplesmente conservar o tamanho de seus plantéis de escravos *a longo prazo*, os senhores de engenho e os lavradores de cana recorriam a outro mercado: importavam cativos da África. A farinha produzida e comercializada na Bahia não sustentava os homens e mulheres jovens que os comerciantes adquiriam na costa da África. Alimentos produzidos na África, não na Bahia, sustentavam esses jovens até que chegassem à idade em que podiam ser lucrativamente transportados, à força, para o Brasil e vendidos como escravos aos senhores de engenho e lavradores de cana do Recôncavo.

Em suma, direta e indiretamente, a economia escravista de exportação fomentou e até exigiu o desenvolvimento no Recôncavo de um mer-

cado urbano e rural significativo de farinha e de outros gêneros essenciais. As relações complementares que ligavam a produção para suprir as necessidades locais à economia de exportação permitiram o crescimento *extensivo* do mercado interno. Mas essas mesmas relações limitaram severamente a possibilidade de que a expansão do mercado interno acarretasse mudanças *qualitativas* dinâmicas na economia como um todo.